

Assembleia da República
Grupo de Acompanhamento do Acordo Ortográfico

Fernando Venâncio
Universidade de Amsterdam

Lisboa, 26 de Abril de 2017

Excelentíssimos Senhores Deputados:

Qualquer intervenção em matéria de idioma é, por natureza, uma tarefa precária. Quando se quis unificar a ortografia do Português, sabia-se de antemão que uma verdadeira *unificação* era impossível (o dr. Malaca Casteleiro, o autor do Acordo Ortográfico, acabou por reconhecê-lo), mas ignorava-se o preço que esta unificação mesmo parcial pediria, e que acabámos por pagar. Por estranho que pareça, o que este processo demonstrou foi isto: que um grupo de pessoas supostamente competentes, devotadas e responsáveis pôde agir com tanta ingenuidade científica.

Houve um momento, um primeiro momento, em que o Estado Português teve oportunidade de cair em si. Foi quando o Acordo Ortográfico, na sua versão de 1986, se viu socialmente, unanimemente rejeitado. As propostas eram de tal modo descabidas, as suas consequências tão inevitavelmente desastrosas, que só uma coisa se julgaria acertada: confiar qualquer nova tentativa a outra gente. Pois bem, foi exactamente ao mesmo grupo de técnicos que se confiou o que viria a ser o Acordo de 1990, este em que acabámos metidos. Certo: as propostas finais prometiam ser menos catastróficas que as da

inconcebível versão anterior. Mas a filosofia não mudou, não mudou a metodologia, não mudaram os tiques de uma actuação auto-suficiente e rodeada de secretismo.

O Acordo Ortográfico de 1990 foi assim, ele também, e desde início, uma iniciativa infeliz. Infeliz como produto científico, infeliz como produto pedagógico. Darei, a este respeito, alguns pormenores que suponho esclarecedores. Mas, primeiro, uma palavra sobre uma questão ainda mais fundamental.

O português brasileiro e o nosso encetaram, de há muito, um afastamento, e esse afastamento é irreversível. Os nossos léxicos são cada vez mais descoincidentes, as gramáticas também. Baste dizer que a sintaxe do Português europeu está, hoje já, mais distante da do Português brasileiro que da do Galego. São processos seculares inelutáveis, que nada conseguirá reverter, ou sequer travar. Nem um, nem cinco, nem vinte "Acordos Ortográficos" teriam o menor impacto sobre essa deriva de fundo. O professor Ivo Castro, da Universidade de Lisboa, exprimiu-o assim: «Portugal e Brasil prosseguem as suas respectivas histórias linguísticas, que se dirigem, tanto quanto é possível observar, para destinos diferentes». Ora, uma das ingenuidades deste Acordo Ortográfico era a implícita esperança de abrandar essa deriva. Uma das suas explícitas intenções era, mesmo, a criação de um Vocabulário Ortográfico «tão *normalizador* quanto possível» [o destaque é meu] das terminologias científicas e técnicas. Este sonho, disso podemos estar certos, jamais se realizará. Não há, e nunca houve, para consegui-lo, a mínima vontade política.

Dizer que este Acordo é científica e pedagogicamente um produto infeliz é dizer pouco ainda. Ele é, do ponto de vista técnico, e excluindo algumas propostas sensatas, um projecto falhado. O que não deve admirar-nos. No nosso idioma, e sobretudo na nossa variedade portuguesa, a relação pronúncia / grafia é deveras problemática, e só uma abordagem muito ponderada, muito inteligente, teria trazido algum reforço ao sistema. Sem dúvida: os autores do Acordo diziam-se apostados numa 'unificação', não numa terapia ortográfica. O problema é que a intervenção deles veio instalar confusão e desordem.

Centremo-nos na magna questão das consoantes etimológicas «c» e «p», também ditas 'mudas'. Elas são um problema? Sim, são um problema. Vivemos desde há séculos em dois processos que avançam paralelos mas desconectados entre si: o gradual emudecimento dessas consoantes e o fechamento das vogais átonas imediatamente anteriores. Em qualquer momento em que os observemos, os dois processos mostram vacilações e vaivéns. Dou exemplos, da nossa actualidade.

Segundo dados do Portal do ILTEC, pronunciamos, em Portugal, «perfectível» e «perfetível», «conceptual» e «concetual», «telespectador» e «telespetador», «asséptico» e «assético», e todas estas grafias são dadas como correctas. No Brasil, pelo contrário, e segundo dados actuais da Academia Brasileira de Letras, o «c» e o «p» são sempre aí articulados. Mas repare-se: o Dicionário da Academia, de 2001, coordenado pelo dr. Malaca Casteleiro, só admitia a articulação das consoantes: «conceptual», «perfectível», «telespectador». Contudo, grafando «asséptico», pronunciava 'assético'. Que o cenário brasileiro seja diferente do nosso, não pode admirar-nos.

Mas que em Portugal se desenhem dois cenários tão nitidamente opostos, eis o que só pode preocupar-nos.

A indefinição aí esboçada repete-se vezes sem conta. Ora se admitem variações na pronúncia, ora se admitem variações na ortografia. O mal não é haver mais do que uma forma aceitável. O nosso idioma não é feito a régua e esquadro. O mal são as ambiguidades e os vaivéns académicos, com que ninguém se entende. O mal é o novelo em que os responsáveis estão a enredar-se e a enredar-nos.

Se isto se dá com as consoantes, no atinente às vogais o panorama não é melhor. Hoje ouvimos à nossa volta «àtor» e «àtriz», mas crescentemente «âtriz». O Dicionário da Academia, de 2001, já só dava isso mesmo, «âtriz». O ILTEC secunda esse fechamento do feminino, mas consagra para o masculino uma inaudita pronúncia: «âtor». Não se pode tratar de desatenção, já que as pronúncias angolana e brasileira, entre outras, aparecem preenchidas com o «a» aberto. Esta consagração, este estímulo, do fechamento das vogais átonas por parte do oficial ILTEC é patente, mesmo quando a articulação da consoante ainda nos convidaria à abertura. É o caso de «bactéria», que muitos ainda abrimos, mas que se encontra também em processo de fechamento. Tanto o Dicionário da Academia como o ILTEC consignam a pronúncia «bâctéria», como consignam «pâctuar». E, embora o Dicionário da Academia ainda consagre «càptura» e «càpturar», o ILTEC já estabelece «câptura» e «câpturar».

A eliminação gráfica do «c» e do «p» vai acelerar este processo. A escrita dessas consoantes foi sempre um arrimo, um grandemente eficaz travão ao fechamento. Hoje, ainda temos no

ouvido a generalidade das pronúncias abertas. Mas, eliminadas as pequenas âncoras que tanto nos serviram, as hesitações irão aumentar, a insegurança vai generalizar-se. Os mais jovens leitores (e é, de novo, só um exemplo) vão ter agora de memorizar, dentre as centenas de formas escritas terminadas em «-ação», quais as que têm o «a» fechado e quais as que o têm aberto. Se até hoje os problemas eram «ilação», «inflação», «dilação» e poucos mais, a partir de agora será necessário fixar e distinguir dois grupos numerosos, sem outro apoio senão a memória. Isto vale, sobretudo, para aquelas palavras que o utente jovem encontra pela primeira vez.

Sabemos, e os professores mais que ninguém sabem, que, cada dia que passa, a insegurança cresce. E, nisto, o fechamento das vogais será sempre a opção mais convidativa. O próprio Dicionário de Malaca Casteleiro ensinava as pronúncias «ação» e «acionamento», mas fechava «acionado», «acionar», «acionista». O ILTEC já fecha tudo: «ação», «acionamento», «acionado», «acionar», «acionista». Tal como fecha «reação», «reacionário». Os donos do Acordo como campeões do fechamento das nossas vogais: quem teria podido jamais imaginá-lo.

Em processos tão complexos não se intervém. Ou, quando se intervém, seria curial reconhecer que se está a tocar em matéria extremamente vulnerável, e com o risco de ir estimular derivas indesejadas. Sugerir que este Acordo não vai mexer com a pronúncia do português europeu é, sejamos simpáticos, pura generosidade. Vai mexer, já está a mexer, e promete mexer muito mais. Sim, sabemos historicamente que a escrita consegue afectar a pronúncia. Quando, há uns séculos, em Portugal, uma

elite latinizante introduziu um «s» nas grafias de "nascimento", "descendência", "crescimento", "piscina" e dezenas de outras palavras, todos acabámos por articulá-lo também.

Senhores deputados: poderia supor-se que, em 1990, no momento de confeccionar-se o Acordo, as decisões nesta problemática tivessem sido objecto de aturado debate, de exames exaustivos, da ponderação das concretas e previsíveis consequências para o ensino. Ora, estamos informados, graças ao testemunho (publicado) de um dos participantes no entretém de 1990 na Academia das Ciências, de que toda esta intrincadíssima matéria foi despachada numa tarde. E compreende-se. Não era dos respeitáveis materiais do idioma que ali se tratava, mas da execução de uma agenda de fundo ideológico, chamada *uniformização*, tarefa nunca definida, nunca verdadeiramente ponderada e investigada.

Mas há outra coisa ainda, e ela vale para o Acordo no seu todo. Jamais, no decorrer destes 27 anos, alguém, examinando estas propostas, as declarou boas, defensáveis, melhores que esta ou aquela alternativa. Pode parecer incrível, mas é verdade: nunca este Acordo foi *materialmente* defendido, com adução de motivações científicas. Não existe uma única publicação em defesa técnica das opções do Acordo, nem os seus mais notórios defensores o fizeram.

Também, até hoje, ninguém conseguiu apontar para que serviu afinal este Acordo, que real ganho representou, ou representa, em matéria de intercâmbio cultural, de projecção internacional, algo que justificasse toda esta desengonçada e custosa operação.

Não, este Acordo, tal como está, é um produto perigoso, ele é linguisticamente uma bomba-relógio.

Excelentíssimos senhores deputados: ainda não é tarde para atalhar o mal. Importaria que, ponderadamente mas sem mais perda de tempo, se auscultassem peritos (linguistas, académicos e pedagogos) com vista a uma *reformulação* do Acordo para uso nacional, conservando nele o aproveitável e fazendo novas propostas nos pontos frágeis. A sociedade civil haveria, seguramente, de apreciá-lo.